

Kant e a prudência – Apresentação

[Kant and Prudence - Presentation]

Robinson dos Santos

Universidade Federal de Pelotas (Pelotas, Brasil)

O tema da prudência em Kant, dependendo da obra que se tomar para a leitura e investigação, pode assumir contornos diferentes. No âmbito da justificação do princípio da moralidade, particularmente na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e na *Crítica da razão prática*, a prudência fica circunscrita ao campo dos imperativos hipotéticos e relacionada à busca do bem-estar que, via de regra, chamamos também de felicidade.

Em uma passagem emblemática da *Fundamentação*¹, Kant define: a “destreza na escolha dos meios para atingir o maior bem-estar próprio pode-se chamar prudência [*Klugheit*]”. Ora, o que significa dizer que ela pertence ao campo dos imperativos hipotéticos? De modo abreviado, isto quer dizer que nenhuma ação prescrita por um princípio da prudência pode ser pensada como vinculante para todos os seres racionais, já que ela está relacionada com a busca individual daquilo que cada qual entende como felicidade (que para uns pode ser a realização de certos desejos ou projetos de vida, para outros a satisfação das necessidades, a busca do prazer etc.) e, portanto, sempre comprometida com certas condições empíricas nas quais o sujeito que age está envolvido.

Neste sentido, Kant aponta para as dificuldades de se determinar exatamente o que seja a felicidade e argumenta em favor da tese de que ela não pode ser assumida, como era o caso entre os epicuristas e os estóicos² como um bem supremo que todos *devemos* buscar. Não há como pensar (leia-se *poder querer*) a máxima de uma ação prudente como válida de modo incondicional e universal. Isso equivaleria a defender a ideia de que todos deveríamos (obrigatoriamente!) ser felizes seguindo os mesmos princípios. Algo que Kant também observa neste contexto é que nem todos os sujeitos, por mais que aspirem por natureza a felicidade em geral, a buscam necessariamente realizando as mesmas ações e perseguindo os mesmos fins.

¹ *GMS*, 04: 416.

² *KpV*, 05: 200.

Por isso, no que se refere à *justificação* do princípio da moral, a prudência fica em segundo plano. “A prudência sucumbe em Kant, assim podemos parafrasear sua doutrina, ao veto da moral; o que é prudente, mas não moral, será soberana e incondicionalmente eliminado, por mais prudente que seja”, assim resume Brandt³, em um estudo que trata precisamente do tema deste volume. Ora, isso impõe obstáculos que dificultam tanto uma compreensão sobre o significado exato do termo, bem como do “lugar” que a prudência ocupa no sistema e, sobretudo, de seu papel em relação à moral kantiana⁴.

Por outro lado, do ponto de vista da *aplicação* da moral, justamente quando se trata de ações que exigem ponderação e deliberação, isto é, também sob certos condicionamentos empíricos, a prudência pode ser de extrema utilidade e, portanto, mostrar sua relevância prática.

Não por acaso a prudência aparecerá também em outras obras, tal como a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* e a *Doutrina da Virtude*, para citar dois outros exemplos, como algo de suma importância no cultivo das disposições naturais e no desenvolvimento da faculdade de julgar.

Justamente neste contexto, isto é, de aplicação dos princípios morais, a prudência assume um papel que se conecta com o ideal do aperfeiçoamento moral do ser humano. O aperfeiçoamento moral do ser humano, ao menos do ponto de vista da ética kantiana, pode ser entendido como a meta ou finalidade que confere sentido à sua existência e, portanto, como *topos* para o qual sua *destinação* está orientada. Paradoxalmente, por outro lado, um ser racional-sensível e, portanto, finito e imperfeito, jamais será capaz de atingir a plenitude de tal perfeição. Esta situação paradoxal também é apresentada pelo jovem Fichte, ainda fortemente marcado pelo entusiasmo com a filosofia kantiana, em sua obra *Einige Vorlesungen über die Bestimmung des Gelehrten*⁵. O ser humano, ali afirma Fichte, está destinado a se aperfeiçoar moralmente sem, todavia, poder realizar plenamente esta meta.

Em suas preleções de antropologia Kant reitera: “Existem três espécies de doutrina, todas as quais contribuem para nossa perfeição: a primeira delas nos torna hábeis, a segunda prudentes e a terceira sábios” (AA, XXV 855)⁶. O desenvolvimento da habilidade, assim prossegue Kant, nos é proporcionado pelas ciências da escola. Este aspecto conecta-se ao que ele também apresenta na

³ BRANDT, Reinhard. Klugheit bei Kant. In: KERSTING, Wolfgang (Hrsg.). *Klugheit*. Weilerswist, 2005.

⁴ Em um ensaio já publicado em 2011, relacionado exatamente a este tema, aponto para alguns destes problemas. [O conceito de *Klugheit* em Kant. *Philosophica*, 38, Lisboa, 2011, pp. 91-106].

⁵ Na tradução portuguesa, *Lições sobre a vocação do sábio*.

⁶ *Immanuel Kants Menschenkunde oder philosophische Anthropologie*, publicada por Johann Adam Bergck, em 1831, sob o pseudônimo Friedrich Christian Starke. Cf. HINSKE, Norbert. *Kant als Herausforderung an die Gegenwart*. Freiburg - München, 1980. p. 89.

Antropologia de um ponto de vista pragmático, como capacidade ou disposição técnica.

As instruções nos ensinam, outrossim, como devemos utilizar tais habilidades no mundo, isto é, são instruções para o mundo prático e estão, por isso mesmo, diretamente ligadas à ação. Com efeito, o próprio termo *klug* no alemão significa, além de prudente, também *inteligente*. Precisamente por isso, vale salientar que temos também, além da mera capacidade ou disposição técnica, uma capacidade ou disposição pragmática. Não é suficiente ao ser humano, como condição de sua sobrevivência, um mero *saber fazer*, desprovido de qualquer nível de reflexão, mas é igualmente necessário, um direcionamento de tal capacidade visando determinados fins (que em última instância estão ligados à felicidade). No entanto, mesmo com estas duas primeiras capacidades (técnica e pragmática) está claro para Kant que o ser racional tem capacidade para buscar algo ainda mais elevado: a perfeição moral, que tem na sabedoria sua mola propulsora.

Não é difícil de se perceber que a prudência se enquadra na etapa intermediária e se identifica com o desenvolvimento da disposição pragmática no ser racional. Além disso, ela permite também ser compreendida como o cultivo e o exercício da faculdade de julgar reflexiva⁷. Por esta mesma razão é que o tema permanece sendo objeto de investigação na literatura mais recente, precisamente por seu potencial no âmbito da reflexão e aplicação da moral kantiana.

O leitor encontrará nos textos aqui apresentados novas perspectivas e abordagens deste tema em Kant. Aos colegas que gentilmente contribuíram para este número fica registrado nosso agradecimento. Igualmente aos colegas e editores Joel Klein e Monique Hulshof agradeço pelo convite para organizar e publicar esta coletânea.

⁷ Cf. GRABAND, Claudia. *Klugheit bei Kant*. Berlin: De Gruyter, 2015.